COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

Autor: Deputado Eduardo Valverde

Relatora: Deputada Juíza Denise Frossard

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição fundada em anteprojeto de lei discutido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). O ilustre autor, Deputado Eduardo Valverde, justifica o seu projeto, lembrando as dificuldades enfrentadas pela Justiça brasileira na investigação de crimes transnacionais. Sustenta a necessidade de uma lei de cooperação judiciária internacional, nos estudos, diagnósticos e propostas de solução levados a efeito por especialistas e apresentados em seminários patrocinados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Cita precedentes de outros países que adotaram lei semelhante, como a Argentina, Espanha e Suíça. Diz que 70% (setenta por cento) das cartas rogatórias não são atendidas pelas autoridades estrangeiras e as que são atendidas não logram o seu objetivo quando se trata de bloqueio de ativos financeiros. Para suprir essa deficiência, o governo brasileiro celebra acordos de cooperação judiciária com alguns países. Esses tratados permitem comunicação direta entre as autoridades de cada país, evitando a via diplomática e a carta rogatória. Mediante compromisso

de reciprocidade, as autoridades brasileiras postulam perante o judiciário nacional as medidas de interesse do outro país. Em razão da vigência desses tratados, países como os Estados Unidos da América do Norte, não mais atendem cartas rogatórias em matéria penal, mas, apenas, aos pedidos de assistência judiciária internacional. A incorporação dessa nova realidade à legislação brasileira mostra-se conveniente, tendo em vista a maior agilidade do procedimento e a amplitude de atuação das autoridades requisitadas. A obtenção de documentos acobertados por sigilo e o seqüestro de ativos financeiros, por exemplo, poderão ser obtidos pela via do pedido de assistência judiciária internacional, o que não era possível pela via rogatória. O Brasil integra o Grupo de Ação Financeira sobre Combate à Lavagem de Dinheiro (FATF/Gafi), organismo internacional constituído pelas principais economias do mundo, que procedeu à revisão de suas recomendações em 20 de junho de 2003, em Berlim, destacando a importância da cooperação internacional com expressa recomendação para que autoridades nacionais possam conduzir investigações em nome dos seus homólogos estrangeiros. O pleito da AJUFE é no sentido de ser criado esse mecanismo por lei, pleito este encampado pelo nobre deputado Eduardo Valverde, que apresentou este projeto de lei em Plenário, a seguir encaminhado a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, onde foi distribuído a esta relatoria.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto merece aprovação. Os seus fundamentos são sólidos e a sua finalidade está em consonância com a realidade internacional dos nossos dias. Já existem acordos bilaterais, válidos e eficazes, de assistência judiciária internacional. Nada obsta que a matéria seja regulada em lei, a exemplo de outros países. A feliz iniciativa do ínclito autor do projeto, contribuirá para tornar mais ágil a apuração da responsabilidade penal dos agentes desse tipo de delito, bem como, permitirá o bloqueio de ativos financeiros e a obtenção de informações protegidas pelo sigilo. Os entraves burocráticos da via diplomática e dos trâmites das cartas rogatórias ficarão superados pelo procedimento disciplinado no projeto de lei *sub examen*.

Todavia, alguns dispositivos estão a exigir modificação e supressão, embora sem qualquer prejuízo substancial ao projeto. Daí as duas emendas (modificativa e supressiva) que apresento, com a máxima vênia do ilustre autor.

Ao invés de *substituir* a carta rogatória, o pedido de assistência judiciária se faz *independentemente* de carta rogatória. Esta poderá ser utilizada quando for da conveniência do Estado brasileiro ou quando for instrumento de processo de execução legal. Além disso, *investigação* é procedimento amplo, judicial e extrajudicial, de caráter teórico e prático, que na seara penal destina-se a apurar a autoria e a materialidade dos delitos. Por tais motivos, demos nova redação ao artigo 1º, do projeto.

Quanto ao fornecimento de documentos ou informações cobertos pelo sigilo, basta afirmar que será atendido desde que autorizado pela autoridade judiciária brasileira, o que implica nova redação ao parágrafo único, do artigo 5º, do projeto.

O pedido que depender de autorização judicial há de ser encaminhado, diretamente, pelo Ministro da Justiça ao órgão judiciário competente e não ao Ministério Público, cuja intervenção ocorrerá posteriormente, como *custos legis*. Para tanto, dá-se nova redação ao artigo 6º “caput” e §1º, do projeto. Desse modo, delongas são evitadas e resta supérfluo o §3º, do artigo 6º, do projeto, que será suprimido.

A maior diligência nos trâmites do pedido de assistência judiciária será obtida pela determinação legal de prioridade em face de processos comuns, respeitadas as preferências de outros processos específicos, como o *habeas corpus*. Assim, entendemos conveniente dar uma nova redação ao artigo 7º, do projeto.

Dados e informações no contexto da norma significam a mesma coisa. Considero adequado suprimir a palavra *dados* e utilizar a palavra *inclusive* após a palavra *informações*, no inciso I, do artigo 8º, do projeto, o que ensejará maior amplitude à norma. O mesmo ocorre com o §2º, desse mesmo artigo, quanto aos meios tecnológicos, bastando lançar a expressão *inclusive os que possibilitam realização à distância* para atender plenamente aos objetivos da norma.

Nem todo pedido de assistência judiciária internacional terá necessidade de revestir caráter sigiloso. Aconselhável, portanto, deixar a critério do magistrado, de ofício ou mediante provocação, o selo do sigilo. Isto colocará o artigo 9º, do projeto, em harmonia com o inciso LX, do artigo 5º, da Constituição Federal. O segredo de justiça permite que apenas as partes tenham acesso aos autos do processo, consoante o disposto no artigo 155 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil. Logo, desnecessário mencionar essa permissão nesse dispositivo do projeto. Outrossim, convém abrir um parágrafo único, sob esse mesmo artigo 9º, autorizando o Ministério Público a se valer, nos casos sob a jurisdição brasileira, das provas obtidas no procedimento que o projeto disciplina. Evidentemente, essa prova será utilizada em inquéritos, pois, no processo da ação penal carecerá de valor, porque obtida fora da instrução criminal, violando o princípio do contraditório.

No artigo 10, do projeto, convém usar a expressão “que determinará”, ao invés de “para que este determine” após “Banco Central”, pois o imperativo é mais consentâneo com o sentido da norma. Ao invés de “para”, após “cabíveis”, no §3º, desse mesmo artigo, convém usar a palavra “inclusive”, pois, se assim não for, parecerá que o Ministério Público estará impedido de requerer outras medidas. Sob o §5º, desse mesmo artigo, bastará dizer que o procedimento nele previsto terá caráter sigiloso. A irresponsabilidade por atos praticados de boa-fé não necessita explicitação na norma, pois, decorre do sistema jurídico, além do que, comporta nuances que somente o devido processo legal poderá esclarecer.

Os dirigentes das instituições financeiras devem responder por eventual negligência no acompanhamento da movimentação financeira realizada pelos clientes que ocupem cargos ou exerçam funções públicas. A comunicação de operação suspeita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não deve ficar jungida à regulamentação baixada pelo Banco Central. Há de ser feita de modo cogente e simples, sem restrição formal. Em razão disso, o artigo 11, do projeto, recebe nova redação.

A fim de atribuir responsabilidade aos membros do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) por excesso ou abuso no exercício das suas atribuições, altera-se a redação do artigo 12, do projeto.

Considerando que o Poder Executivo não pode indicar magistrado para compor órgão da sua estrutura ministerial, sem que isso importe em violação ao princípio da independência dos Poderes, o inciso I, do artigo 13, do projeto, há de ser suprimido.

Por tais fundamentos, voto pela aprovação do projeto de lei nº 1.982, de 2003, com as duas emendas (modificativa e supressiva) que ora apresento.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 01

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 1º. A República Federativa do Brasil poderá requerer ou prestar assistência judiciária em matéria penal a qualquer Estado estrangeiro, consoante procedimento previsto nesta lei, independentemente de carta rogatória, para investigação de atos e fatos que interessem à instrução e ao julgamento de ações penais”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 02

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 5º.

“Parágrafo único. A existência de sigilo legal não impedirá o fornecimento de documentos ou informações ao Estado solicitante, desde que autorizado pelo Poder Judiciário brasileiro”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 03

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 6º. Nas hipóteses em que a assistência solicitada depender de autorização judicial, o Ministério da Justiça encaminhará o pedido ao órgão judiciário federal competente”.

“§1º.Será competente para decidir o pedido de assistência internacional, após o pronunciamento do Ministério Público, o juiz federal do local em que deva ser executada a medida ou obtida a prova solicitada, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Penal brasileiro”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 04

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 7º. Os procedimentos de assistência judiciária internacional previstos nesta lei terão prioridade sobre os procedimentos comuns, ressalvados os que gozam de preferência constitucionalmente determinada”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 05

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 8º.....

I - o fornecimento de documentos e informações, inclusive fiscais, bancárias, patrimoniais e financeiras”;

.....

“§2º. Na tomada de depoimentos, no envio ou recebimento de documentos, ou na prática de qualquer ato processual, serão utilizados, sempre que possível, os modernos meios tecnológicos, inclusive os que possibilitam realização à distância”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 06

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 9º. O magistrado, de ofício ou mediante provocação dos interessados ou do Ministério Público, poderá determinar que o pedido de assistência judiciária internacional se processe em segredo de justiça”.

“Parágrafo único. O Ministério Público poderá utilizar as provas obtidas no processo do pedido de assistência judiciária internacional, em inquéritos sob a jurisdição brasileira”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 07

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art.10. Sempre que as autoridades brasileiras, em razão de procedimento previsto nesta lei, ou por qualquer outro meio, tiverem conhecimento de operação suspeita de lavagem de dinheiro destinada a enviar para o Exterior recursos de origem ilícita ou para financiar atividades ilícitas, comunicarão o fato ao Banco Central, que determinará o bloqueio administrativo temporário de ativos financeiros, pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável uma única vez, por igual período”.

.....

“§3º. O Ministério Público será imediatamente comunicado do bloqueio a que se refere este artigo, bem como, de todo e qualquer indício que motivou a decretação da medida, de modo

a possibilitar as providências cabíveis perante o órgão judiciário competente, inclusive o pedido de seqüestro dos ativos financeiros”.

.....

“§5º. O procedimento previsto neste artigo terá caráter sigiloso”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 08

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art. 11. Sob pena de responsabilidade dos seus dirigentes, as instituições financeiras aplicarão especial diligência no acompanhamento da movimentação financeira realizada por clientes que ocupem cargos na administração pública direta ou indireta, ou exerçam funções públicas, e comunicarão ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), sem demora, qualquer operação suspeita de lavagem de dinheiro”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA MODIFICATIVA 09

Dê-se ao dispositivo do projeto abaixo relacionado, a seguinte redação:

“Art.12. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), cujos membros responderão pelo excesso ou abuso que vierem a cometer no exercício das suas atribuições, terá acesso aos dados existentes em qualquer órgão público, mesmo que estejam protegidos pelo sigilo fiscal ou bancário, desde que possam conter informações necessárias ou úteis à investigação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro”.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

PROJETO DE LEI Nº 1.982, DE 2003

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se o § 3º, do artigo 6º e o inciso I, do artigo 13, do projeto.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2003

Deputada Juíza Denise Frossard

Relatora